

1. Informações do Instituto

1.1. Contexto operacional

O Instituto Metodista Centenário (IMC), fundado em 08 de novembro de 1975, é uma associação civil, confessional, com objetivos educacionais, culturais, de assistência social e filantrópica, sem fins lucrativos e filiado à Rede Metodista de Educação, que tem por finalidade:

- I) Atuar como agência educacional da Igreja Metodista, cuja missão é a de participar da ação de Deus em seu propósito de libertar o ser humano e a sociedade de tudo o que os escraviza;
- II) Ministras o ensino em todas as suas modalidades e níveis;
- III) Formar profissionais, técnicos e cientistas, em todos os campos do conhecimento, capazes de contribuir para o desenvolvimento do país e da humanidade;
- IV) Elaborar programas de pesquisa, estudos e documentação que forneçam subsídios para a solução de problemas regionais e nacionais;
- V) Desenvolver atividades de extensão, incluindo ações de assistência social;
- VI) Ministras programas de desenvolvimento de pessoas e capacitação profissional;
- VII) Contribuir para a formação de uma cultura fundamentada nos princípios ético-cristãos;
- VIII) Promover-se como centro de elaboração e comunicação de cultura, de modo que responda às condições e necessidades econômicas, sociais, políticas e religiosas;
- IX) Planejar, organizar, coordenar, produzir e apoiar programas, projetos, atividades e eventos culturais;
- X) Servir às comunidades local, regional, estadual e nacional, de acordo com os objetivos e propósitos estabelecidos pela Igreja Metodista e demais órgãos decisórios do próprio IMC, de conformidade com a legislação vigente;
- XI) Servir de organismo de consulta, assessoria e prestação de serviços a instituições de interesse público ou privado, em assuntos relativos aos diversos ramos do saber e à promoção do ser humano;
- XII) Manter intercâmbio e cooperação com outras instituições científicas e culturais nacionais ou internacionais, tendo em vista o incremento das ciências, das letras e das artes;
- XIII) Difundir a cultura física e desportiva;
- XIV) Realizar programas, projetos e atividades correlatas.

O Instituto é mantenedor de atividades educacionais do ensino fundamental e ensino médio através do Colégio Metodista Centenário e nos cursos de graduação através da Faculdade Metodista de Santa Maria (FAMES).

1.2. Impostos, contribuições e programas de bolsas

(i) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de imunidade do pagamento dos tributos federais incidentes sobre o resultado, de acordo com os artigos 167 a 174 do Regulamento de Imposto de Renda (RIR), aprovado pelo Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999, e o artigo 150 da Constituição Federal.

(ii) Programa de Integração Social -PIS

O Instituto, por ser instituição sem fins lucrativos e filantrópica, por meio de Ação Judicial busca o reconhecimento da imunidade garantida pela Constituição Federal. Tal pedido, inclusive, é respaldado por decisão do Supremo Tribunal Federal, em Sede de repercussão geral, no Recurso Extraordinário RE nº 636.941, Rio Grande do Sul, que transitou em julgado perante o STF na data de 22 de abril de 2014. Assim, até mesmo o prazo da União Federal tentar reabrir a questão via ação rescisória, está superado e precluso.

(iii) Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS

O Instituto, em virtude de ser uma entidade sem fins lucrativos, goza do benefício de isenção do pagamento da COFINS incidente sobre as receitas relativas às atividades próprias da Instituição, de acordo com as Leis nºs 9.718/98 e 10.833/03.

(iv) Contribuição patronal ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS

Devido ao Instituto possuir o Certificado de Entidade Beneficentes de Assistência Social (CEBAS) e ter reconhecido sua filantropia, a Instituição é isenta de recolhimento da cota patronal do INSS. Em contrapartida, é requerido que o Instituto conceda bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada nove alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14. A aplicação dos recursos encontra-se detalhada na nota explicativa nº 17.

(v) Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

A Instituição goza de Imunidade Tributária conforme o disposto na letra "c", do inciso VI, do artigo 150, da Constituição Federal.

(vi) Benefícios do Programa Universidade para Todos - PROUNI

O PROUNI foi instituído pela Medida Provisória nº 213/04, convertida na Lei Ordinária nº 11.096/05, e regulamentado pelo Decreto nº 5.493/05, com a finalidade de conceder bolsas integrais e parciais a estudantes de curso de graduação e sequenciais de formação específica, em instituições privadas de ensino superior com ou sem fins lucrativos. A gestão do PROUNI cabe ao MEC com o qual o Instituto firmou termo de adesão, desde 2005. A Instituição utiliza o PROUNI na composição de suas gratuidades para o cumprimento do percentual mínimo de aplicação de recursos em bolsas de estudos.

1.3. Situação patrimonial e financeira

Conforme apresentado nas demonstrações contábeis, em 31 de dezembro de 2019, a instituição apresenta capital circulante líquido negativo de R\$ 4.129.056 (R\$ 2.848.207 negativo em 31 de dezembro de 2018) e patrimônio social de R\$ 5.145.504 (R\$ 4.496.753 em 31 de dezembro de 2018).

A Administração entende que as medidas de gestão implementadas começam a apresentar resultados, dentre os quais destaca:

- Implementação de planejamento estratégico, cujos pilares são o fortalecimento da confessionalidade e garantia da sustentabilidade;
- Reversão da tendência de queda de matrículas pela captação e retenção de alunos, por meio de ações preventivas de identificação dos principais riscos e pela melhoria dos indicadores de qualidade, alinhados a recursos tecnológicos;
- Ajuste sistemático das despesas e custos adequados à margem de contribuição, como fator preponderante para oferta e manutenção de cada curso;
- Evolução contínua dos processos administrativos financeiros, buscando agilizar as rotinas internas e melhorar o nível de controle do Instituto.

Atingidos os resultados das ações de controle de gestão, se faz necessário reverter o desempenho dos índices de liquidez pela eliminação dos passivos, principalmente, concentrados em dívidas trabalhistas e tributárias. Para esta frente a Administração busca alienar bens imóveis para injetar os recursos na operação.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

As ações de controle de gestão acima, possibilitaram a reversão da tendência de resultados negativos, conforme demonstrações de resultados de 2019, em comparação com 2018, houve estabilização do desempenho operacional, que foram oriundas da redução de custos conforme Nota Explicativa nº 19, e que dirimiram o impacto da redução da receita conforme Nota Explicativa nº 18.

Para os índices de liquidez a Administração tem ações para eliminação de passivos, principalmente, concentrados em operações com partes relacionadas, dívidas trabalhistas e tributárias, através da alienação de bens imóveis, que melhorarão significativamente a liquidez da instituição. Também foram iniciados estudos para parcelamento de débitos tributários e negociação coletiva no âmbito judicial para os processos em andamento.

Eventuais resultados de tais ações, tendo em vista que impactarão exercícios seguintes, são demonstrados como eventos subsequentes conforme Nota Explicativa nº 28.

2. Apresentação das demonstrações contábeis e principais práticas contábeis

2.1. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas de entidades sem fins lucrativos (Resolução nº 1.409/12 do Conselho Federal de Contabilidade - CFC - ITG 2002 R1) e também pela NBC TG 1000 - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidades sem fins lucrativos.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

2.2. Principais práticas contábeis adotadas

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão descritas a seguir.

Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.2.1. Moeda Funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis do Instituto são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual ela atua (moeda funcional). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais - R\$, que é a moeda funcional e, também, a moeda de apresentação do Instituto.

2.2.2. Apresentação dos Resultados Abrangentes

As demonstrações dos resultados abrangentes referem-se à mutação que ocorre no patrimônio líquido durante um período resultante de transações e outros eventos que não sejam as transações de capital.

2.2.3. Reconhecimento de receitas e bolsas de estudos concedidas

A receita é apresentada líquida das devoluções, das bolsas de estudos e dos descontos concedidos (Nota Explicativa nº 18).

(i) Prestação de serviços educacionais

A receita é reconhecida na extensão em que for provável que benefícios econômicos futuros serão gerados para a Instituição e quando possa ser mensurada de forma confiável. As receitas com mensalidades dos alunos são apuradas em conformidade com o regime de competência dos exercícios, levando-se em consideração os períodos de referência. As receitas incluem mensalidade de ensino de nível superior (graduação e pós-graduação), educação básica, cursos de extensão universitária, outras prestações de serviço de ensino, além de taxas de inscrições em vestibulares.

(ii) Bolsas de estudos concedidas (gratuidade)

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada nove alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101.

(iii) Receitas antecipadas - matrículas

As matrículas para o ano letivo subsequente são recebidas de maneira antecipada ou no encerramento do exercício. Em decorrência dessa prática peculiar ao mercado de ensino, esses valores são reconhecidos como anuidades antecipadas no passivo circulante e serão reconhecidos no resultado do exercício de acordo com o regime de competência, nos meses em que ocorrer a prestação dos serviços.

2.2.4. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa e depósitos bancários.

2.2.5. Mensalidades a receber

As mensalidades a receber são decorrentes da prestação de serviços de atividades de ensino e são compostas pelas mensalidades dos alunos, pelos créditos educacionais e pelos acordos celebrados das mensalidades vencidas.

As mensalidades a receber - Bolsa FIES estão representadas pelos créditos educacionais, cujos financiamentos foram contratados pelos alunos junto à Caixa Econômica Federal (CEF), sendo os recursos financeiros repassados mensalmente pela CEF. O referido montante tem sido utilizado para pagamento das contribuições previdenciárias retidas (INSS sobre salários), Imposto de Renda retido dos funcionários da Instituição e retenções sobre serviços.

A Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD) é constituída em montante considerado suficiente para cobrir as perdas com créditos decorrentes de mensalidade, cheques a receber e renegociação, considerados de difícil realização.

2.2.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos os valores da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela Administração.

Os terrenos não são depreciados. As depreciações de outros ativos são calculadas com base no método linear para alocação de custos, menos o valor residual durante a vida útil, que é estimada conforme aplicação dos percentuais definidos na Nota Explicativa nº 8.

Os valores residuais, a vida útil e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

2.2.7. Intangível

Ativos intangíveis adquiridos separadamente são mensurados no reconhecimento inicial ao custo de aquisição e, posteriormente, deduzidos da amortização acumulada e perdas do valor recuperável, quando aplicável.

2.2.8. Passivo circulante e não circulante

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas.

2.2.9. Empréstimos

Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação.

Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*).

2.2.10. Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do instituto e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando o instituto possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos.

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável, reavaliadas ao longo de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação na data da elaboração das Demonstrações Contábeis, bem como os valores considerados como de perda possível são divulgados pelo Instituto, na forma do CPC 25 - Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

2.2.11. Provisão para férias e 13º salário

A provisão para férias e 13º salário é constituída com base nos direitos adquiridos pelos empregados acrescidos dos correspondentes encargos sociais.

2.2.12. Estimativas contábeis

As demonstrações contábeis incluem estimativas e premissas, como a mensuração de provisões para perdas com operações de crédito, estimativas do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisões para passivos contingentes, estimativas da vida útil de determinados ativos e outras similares. Os resultados efetivos podem ser diferentes dessas estimativas e premissas.

2.2.13. Redução ao valor recuperável dos ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes e os ativos intangíveis, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior valor entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

3. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	2019	2018
Aplicação de retorno imediato	13.500	-
Caixa	1.200	4.717
Bancos conta movimento	-	34.500
	14.700	39.217

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

4. Mensalidades a receber

Descrição	2019	2018
Mensalidades a Receber	2.135.709	1.916.329
Bolsa FIES	1.897.684	1.651.970
Créditos a receber - Cartão de crédito	220.229	145.330
Confissão de dívida em faturas	123.966	101.925
Cheques em cobrança	109.084	129.510
Confissão de dívida de cheques	64.449	56.439
Cheques devolvidos a tesouraria	49.524	48.502
Bolsa Restituível	21.621	15.066
Cheques a compensar	3.571	3.571
Estimativa de perda para créditos de liquidação duvidosa	(1.863.565)	(1.365.542)
	2.762.272	2.703.099

O Instituto adotou como política manter contabilizado o saldo de mensalidades escolares dos últimos quatro anos, deduzindo de estimativa para perdas calculadas em relação aos seus vencimentos. Decorridos três anos, os valores são baixados da contabilidade, porém o processo de cobrança continua.

As renegociações de dívidas escolares referem-se aos acordos efetuados com os alunos de mensalidades já vencidas, deduzido de estimativas para perda constituída sobre os cheques em cobrança e os cheques devolvidos.

Perda Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)

Descrição	2019	2018
PECLD - Mensalidades a receber	(1.661.569)	(1.151.856)
PECLD - Cheques e cobrança judicial	(158.608)	(178.012)
PECLD - Confissão dívidas	(43.388)	(35.674)
	(1.863.565)	(1.365.542)

A estimativa de perda foi baseada na incerteza da realização desse ativo, na qual foi adotado o critério para mensalidades atrasadas conforme mencionados a seguir:

- Acima de 361 dias, estimativa de 100%;
- De 360 a 271 dias, estimativa de 75%;
- De 270 a 181 dias, estimativa de 50%;
- De 180 a 91 dias, estimativa de 25 %;
- Abaixo de 89 dias não constitui estimativa.

Já para os cheques em cobrança judicial e confissão dívida a estimativa é de 100% sobre o montante dos cheques devolvidos e 35% sobre confissão de dívida.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

5. Contas a receber

Descrição	2019	2018
Adiantamento a fornecedores	161.840	112.139
PECLD Adiantamento a fornecedores	(108.497)	-
Adiantamento de Funcionários	6.074	7.778
Adiantamento de Viagem	4.975	5.940
Devedores diversos	6.808	-
Total	71.200	125.858

Em 2019, foi calculado PECLD dos adiantamentos a fornecedores em aberto acima de 360 dias.

6. Depósitos judiciais

Descrição	2019	2018
Depósitos Recursais e Bloqueios Judiciais	425.876	7.058
	425.876	7.058

Referem-se aos depósitos para recursos e bloqueios judiciais em contas bancárias.

7. Compromissos a receber

Descrição			2019	2018
Compromissos a receber			11.499.197	8.272.085
2018	Concessões	Amortizações	Juros	2019
8.272.085	7.416.334	(5.318.955)	1.129.733	11.499.197

Os principais saldos de ativos a receber em 31 de dezembro de 2019 e 2018, são relativos a operações com as Instituições de Ensino da Metodista, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

8. Imobilizado

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa anual de Depreciação Amortização	2019			2018
		Custo	Depreciação		Líquido
			Acumulada	Líquido	
Móveis e utensílios	10%	968.761	(914.241)	54.520	59.578
Equipamentos de informática	20%	733.394	(710.542)	22.852	102.187
Biblioteca	10%	439.230	(375.396)	63.833	96.930
Terrenos		345.943	-	345.943	345.943
Maquinas e equipamentos	10%	409.036	(279.678)	129.357	142.651
Instalações	10%	8.268	(5.845)	2.423	3.250
Equipamentos de Comunicação	10%	3.550	(2.591)	959	3.658
Equipamentos de Ensino	10%	5.260	(1.471)	3.789	2.434
Imobilização em curso		36.877	-	36.877	29.577
Consortio de veiculo em andamento		36.003	-	36.003	15.808
		2.986.321	(2.289.765)	696.556	802.015

b. Movimentação do custo

	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Móveis e utensílios	968.761	-	-	-	968.761
Equipamentos de informática	733.394	-	-	-	733.394
Biblioteca	439.230	-	-	-	439.230
Terrenos	345.943	-	-	-	345.943
Maquinas e equipamentos	409.036	-	-	-	409.036
Instalações	8.268	-	-	-	8.268
Equipamentos de Ensino	3.550	-	-	-	3.550
Equip. de Comunicação	5.260	-	-	-	5.260
Imobilização em curso	29.577	7.300	-	-	36.877
Consortio de veiculo em andamento	15.808	20.195	-	-	36.003
Total	2.958.826	27.495	-	-	2.986.321

9. Intangível

a. Composição dos saldos

Descrição	Taxa de amortização Anual (%)	2019			2018
		Custo	Amortização		Líquido
			Amortização	Líquido	
Direito de uso de software	20	39.289	(3.677)	35.612	35.672

Descrição	2018	2019			
	Custo	Adições	Baixas	Transf.	Custo
Softwares	39.289	-	-	-	39.289

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

10. Empréstimos e financiamentos

Circulante	2019	2018	Tipo	Vencimento final	Custo financeiro	Garantias
Banrisul 00045326489	29.067	189.583	Conta garantida	09/01/2020	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 00045344487	22.910	140.833	Conta garantida	09/02/2020	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 00045344408	16.746	102.917	Conta garantida	09/02/2020	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 2966756	123.429	-	Conta garantida	15/02/2021	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 2966613	151.133	-	Conta garantida	15/02/2021	0,65% a.m	Recebíveis
Saldo bancário negativo	95	-				
Total circulante	343.379	433.333				

Não Circulante	2019	2018	Tipo	Vencimento Final	Custo financeiro	Garantias
Banrisul 00045326489	-	-	Conta garantida	09/01/2020	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 00045344487	-	10.833,34	Conta garantida	09/02/2020	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 00045344408	-	7.916,66	Conta garantida	09/02/2020	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 2966756	20.572	-	Conta garantida	15/02/2021	0,65% a.m	Recebíveis
Banrisul 2966613	25.189	-	Conta garantida	15/02/2021	0,65% a.m	Recebíveis
Total não circulante	45.760	18.750				

11. Obrigações trabalhistas

Descrição	2019	2018
FGTS a recolher	2.114.739	1.342.677
Salários e Ordenados	735.298	280.294
Provisão Férias	382.185	442.836
Rescisões e homologações	352.415	111.908
INSS a recolher	237.234	345.591
13º Salário	133.047	1.030
Mensalidade Sindical	85.317	35.827
Contribuição Assistencial	68.122	35.725
Acordos Trabalhistas	39.375	-
FGTS s/ Prov. Férias e 13º salário	33.906	26.822
Consignações Financeiras de Empregados	29.862	22.117
Serviços avulso s/vínculo	28.131	(8.945)
Contribuição Sindical	12.529	13.927
Estagiários	8.229	12.247
Pensão Alimentícia	581	568
Total	4.260.972	2.662.624

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar a totalidade das obrigações trabalhistas nos devidos prazos, resultando em aumento dos saldos das respectivas contas a pagar. A Administração prevê negociações para parcelamentos e/ou reparcimentos dos valores, em moldes adequados à nova realidade de caixa da Instituição, com o objetivo de regularizar os saldos em aberto. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 28.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

12. Obrigações tributárias

Descrição	2019	2018
IRRF s/ salários	401.754	451.010
INSS s/ serviços	166.758	136.021
ISS s/ serviços	26.529	10.546
PCC s/ serviços	5.955	5.284
IRRF s/ serviços	3.261	1.903
Total	604.256	604.764

Face à sua condição de liquidez, o Instituto deixou de efetivar o recolhimento de parte das retenções de tributos federais. Para sanar as referidas obrigações a Administração pleiteia parcelamentos e/ou reparcelamentos junto aos órgãos fiscais, em moldes adequados à nova realidade de caixa da Instituição. Eventuais resultados dessas ações são demonstrados como eventos subsequentes, conforme Nota Explicativa nº 28.

13. Parcelamentos

Descrição	Circulante		Não Circulante	
	2019	2018	2019	2018
Parcelamento FGTS (a)	67.850	58.556	29.502	73.810
Parcelamento Refis 11.941/09 (b)	43.268	38.633	156.432	199.603
Parcelamento INSS (c)	-	19.273	-	-
Outros Parcelamentos (d)	117.883	-	358.532	-
	229.002	116.461	544.465	273.413

- (a) Em 2016, teve a consolidação do Parcelamento FGTS das competências 10/2015 a 04/2016 a serem amortizadas em 60 parcelas;
- (b) O valor do Refis Lei nº 11.941/09 corresponde ao parcelamento em 180 parcelas, cuja consolidação ocorreu em junho de 2011. O valor de cada parcela mensal é acrescido de juros equivalentes a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e SELIC, mais 1% ao mês;
- (c) Refere-se a Parcelamento de INSS;
- (d) Em 07/2019 teve a consolidação de Outros Parcelamentos que corresponde a IRRF Folha 04/2018 a 03/2019, IRRF autônomos 04/2018, 10/2018 a 01/2019, IRRF serviços 01/2018, 04/2018 a 03/2019, PCC 01/2018, 04/2018 e 03/2019 parcelados em 60 parcelas e Multa CLT parcelados em 10 parcelas.

14. Provisões para demandas judiciais

O Instituto figura como réu em diversos processos administrativos e judiciais de natureza trabalhista, civil e tributária decorrentes do curso normal de suas operações, bem como em função do processo de reestruturação ocorrido entre 2016 e 2019.

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

As provisões trabalhistas, cíveis, previdenciárias e tributárias foram estimadas pela Administração consubstanciadas significativamente na avaliação de assessores jurídicos, sendo registradas contabilmente apenas as causas que se classificam como risco de perda provável e calculadas com base na melhor estimativa de desembolso futuro, como segue:

	2019			2018		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Circulante						
Trabalhistas	50.000	-	50.000	50.000	-	50.000
Cíveis	-	-	-	7.880	-	7.880
Tributárias	548.694	-	548.694	548.694	-	548.694
	598.694	-	598.694	606.574	-	606.574
Não Circulante						
Trabalhistas	371.823	417.699	(45.875,2)	1.294.724	7.058	1.287.666
Cíveis	139.595	-	139.595	-	-	-
Tributárias	-	-	-	-	-	-
	511.419	417.699	93.720	1.294.724	7.058	1.287.666
Total	1.110.113	417.699	692.414	1.901.298	7.058	1.894.240

Ao longo do exercício houve movimentação de adições e baixas sobretudo de processos trabalhistas e cíveis. Para a elaboração das demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019, foi realizada uma análise criteriosa dos processos administrativos e judiciais, de forma que a Administração, consubstanciada na posição de seus assessores legais, reavaliou a perspectiva de perda de tais processos classificando entre provável, possível e remota.

A movimentação da provisão no exercício de 2019 está demonstrada a seguir:

	(R\$)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.901.298
Movimentação líquida	(791.185)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.110.113

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

14.1. Perdas possíveis, não provisionadas no balanço

A nova política de avaliação de risco prevê que ações em fase inicial, ou seja, aquelas em que não se discutiu mérito, a perda provável se refere somente a verbas incontroversas cujos valores estão devidamente contabilizados, já para valores em que se admite discussão a avaliação de risco seguirá as perspectivas de resultado, segundo as fases processuais e os encaminhamentos adequados a cada processo bem como paradigmas e precedentes legais por similaridade.

Com base nessa análise, foi revista a estimativa de perda nesses processos o que resultou na mudança de classificação de parte dos valores, de perda provável para possível. As alterações decorreram do melhor entendimento sobre os processos e maior experiência adquirida ao longo do período na sua condução, bem como da expectativa de conciliação em parte das demandas. A evolução do montante classificado como de perda possível, para o qual não há provisão constituída é demonstrado como segue:

Descrição	2019	2018
Perdas possíveis	2.063.884	-

15. Compromissos a pagar

Descrição	2019	2018
Compromissos a pagar	2.281.037	184.984

2018	Captações	Amortizações	Juros	2019
184.984	2.398.118	(344.261)	42.196	2.281.037

Os saldos de 2019, são relativos às operações com as Instituições IMS, IMG e IMEC, as quais foram realizadas em condições usuais de mercado para os respectivos tipos de operação e condições específicas considerando os volumes das operações e prazos de pagamentos.

16. Patrimônio líquido

O patrimônio social do Instituto é constituído de bens, direitos, obrigações de qualquer natureza e por déficits e superávits acumulados desde a data de sua constituição os quais são mensurados e registrados com obediência à legislação específica aplicável e às práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

17. Gratuidades através de bolsas de estudo

As bolsas concedidas foram calculadas atendendo às determinações da Lei nº 12.101, de 27 de novembro de 2009, alterada pela Lei nº 12.868, de 15 de outubro de 2013, que em seu artigo 13, determina que o instituto de educação para obter o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social deverá conceder bolsas de estudo na proporção de 1 (uma) bolsa de estudo integral para cada cinco alunos pagantes, podendo para o cumprimento desta proporção, conceder bolsas parciais de 50%, considerando o mínimo de 1 (um) aluno bolsista integral para cada nove alunos pagantes, de acordo com a renda do grupo familiar, definida no artigo 14 da Lei nº 12.101:

	2019		2018	
	Educação Superior	Educação Básica	Educação Superior	Educação Básica
Quantidade de alunos				
Número de alunos matriculados	434	510	590	498
Número de alunos pagantes	344	442	454	377
Quantidade de bolsistas gratuidade				
Bolsistas Integrais (100%)	90	65	94	73
Bolsistas Parciais (50%)	71	58	71	25
Total bolsistas	161	123	165	98

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

	2019			2018		
	Educação Superior	Educação Básica	Total	Educação Superior	Educação Básica	Total
Bolsas Gratuidade						
Bolsas Integrais (100%)	1.087.212	586.454	1.673.666	1.075.072	552.689	1.627.761
Recursos próprios	136.997	586.454	723.451	166.212	552.689	718.900
PROUNI	950.215		950.215	908.861	-	908.861
Bolsas Parciais (50%)	297.886	212.621	510.508	364.152	93.773	457.925
Recursos próprios	130.271	212.621	342.893	-	93.773	93.773
PROUNI	167.615		167.615	364.152	-	364.152
Valor total de Gratuidades	1.385.098	799.075	2.184.173	1.439.224	646.462	2.085.686
Outras Bolsas (não atendem o perfil da filantropia)						
Educação Básica e Superior						
Outras Bolsas Integrais (100%)	6.512	19.243	25.754	10.253	13.581	23.834
Outras Bolsas Parciais (50%)	157.795	203.971	361.766	214.046	141.449	355.494
	164.307	223.213	387.520	224.299	155.029	379.328

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

18. Receita operacional líquida

	2019	2018
Receita de ensino	11.971.870	12.510.362
Receita administrativa e outras	100.055	83.480
	12.071.925	12.593.842
Deduções da receita		
Bolsas gratuidade	(2.184.173)	(2.085.686)
Outras Bolsas	(387.520)	(379.328)
Descontos concedidos	(716.149)	(810.738)
Receita operacional líquida	8.784.083	9.318.090

No ano de 2019, houve redução da receita, devido ao menor número de alunos matriculados, conforme informado na Nota Explicativa nº 17, no entanto, a Instituição fez reduções nos custos e despesas para ter menos impacto no resultado. A Administração vem implantando medidas para maior captação de alunos, conforme Nota Explicativa nº 1.3 - Situação Financeira e Patrimonial e nº 28 - Eventos Subsequentes.

19. Custo dos serviços prestados

	2019	2018
Salários	(4.444.432)	(4.610.125)
Encargos e Benefícios	(307.388)	(288.009)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(163.152)	(120.155)
Depreciação e Amortização	(4.722)	(7.629)
Gerais e administrativas	(33.948)	(24.664)
Outros operacionais	(110.689)	(92.715)
	(5.064.330)	(5.143.295)

Em 2019, houve redução dos custos, para adequação à redução da receita, conforme Nota Explicativa nº 18.

20. Despesas com pessoal

	2019	2018
Salários	(1.499.827)	(1.299.096)
Encargos e Benefícios	(606.065)	(625.301)
Serviços de Terceiros e Estagiários	(99.833)	(90.809)
	(2.205.725)	(2.015.205)

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

21. Despesas gerais e administrativas

	2019	2018
Energia Eletrica	(157.426)	(172.561)
Serviços de Terceiros	(60.576)	(57.113)
Material de Uso e Consumo	(50.849)	(53.429)
Manutenção e Conservação (a)	(47.013)	(425.554)
Transporte em geral	(37.018)	(59.092)
Água	(29.815)	(36.645)
Propaganda e Publicidade	(25.977)	(190.126)
Impostos e Taxas	(20.084)	(79.375)
Telecomunicações	(16.060)	(6.788)
Outras despesas	(15.441)	(25.488)
Material Clinico Hospitalar	(746)	(1.036)
Material Didatico	(38)	(4.711)
	<u>(461.043)</u>	<u>(1.111.918)</u>

- (a) Em 2018, a Instituição teve um gasto elevado de Manutenção e Conservação, devido à demolição de um prédio que pegou fogo no ano de 2007 e ficou em ruínas e por ser um prédio tombado pela prefeitura de Santa Maria, precisou de licença especial para demolição, que foi liberada somente em 2018.

22. Outras despesas

	2019	2018
Outras despesas operacionais	(230.266)	(288.522)
Licença e manutenção do uso de softworks	(93.507)	(113.238)
Serviços graficos	(20.301)	(8.358)
Contribuições a Associações	(18.654)	(17.052)
Alugueis	(14.340)	(12.182)
Consultorias	(12.392)	(14.432)
Viagens e Estadias	(4.058)	(8.725)
Lanches e Refeições	(3.576)	(12.010)
	<u>(397.092)</u>	<u>(474.520)</u>

INSTITUTO METODISTA CENTENÁRIO

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em Reais)

23. Despesas financeiras

	2019	2018
Juros Passivos e Multas	672.570	517.863
Despesas Bancárias	210.939	179.781
Juros e Multas Passivos (a)	42.196	9.833
Juros e Multas Passivos - Parcelamentos	33.586	66.360
Descontos Concedidos	60	1.656
IOF/IOC	15	7.171
IRRF S/ Operações Financeiras	-	761
	959.367	782.664

(a) O valor corresponde à atualização das operações de mútuos realizadas com instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 15.

24. Receitas financeiras

	2019	2018
Juros e Multa Ativos (a)	1.193.263	975.540
Descontos Obtidos	1.070	7.097
Rendimentos s/ Aplicações	-	2
Variação Monetária Ativa	-	(89)
	1.194.333	982.550

(a) Deste montante, o valor de R\$ 1.129.733, corresponde à atualização das operações de mútuos realizadas com instituições Metodista de Ensino, conforme Nota Explicativa nº 7.

25. Instrumentos financeiros derivativos

O instituto classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

O instituto classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, são reconhecidos conforme incorridos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e lucros a pagar, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

26. Seguros (não auditado)

O Instituto adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados pela Administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As apólices estão em vigor e os prêmios foram devidamente pagos.

O Instituto possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com o nosso porte e operações, sendo a nossa cobertura de seguros consistentes com os outros institutos de dimensão semelhante operando no setor. As premissas de riscos dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da autoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

27. Declarações de impostos e contribuições

As declarações de Imposto de Renda relativas aos cinco últimos exercícios estão sujeitas a eventual revisão e aceitação final pelas autoridades fiscais. Outros impostos, contribuições e encargos, inclusive trabalhistas e previdenciários, permanecem em aberto para revisão por períodos variáveis de tempo.

28. Eventos subsequentes

Diante da decretação de estado de pandemia, pela Organização Mundial da Saúde (OMS), em 11 de março de 2020, e notícias da identificação do coronavírus (COVID-19) amplamente veiculadas desde dezembro de 2019, tem sido vivenciado um aumento significativo nas restrições globais com paralisação de diversos negócios e serviços em quase todos os países, além de ordens governamentais que envolvem o isolamento social, incluindo restrição de circulação (“*lockdown*”), como forma de conter a disseminação do vírus, gerando instabilidade e incertezas sociais, econômicas e relacionadas ao trabalho, além da volatilidade no mercado financeiro.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Visando a reduzir e mitigar os impactos econômicos dessa crise, as autoridades do mundo inteiro promoveram intervenções nas economias de seus países.

No Brasil, através do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, foi estabelecido estado de calamidade pública e combinado com medidas provisórias de minimização de impactos, na área trabalhista relacionadas à possibilidade de redução de carga horária e suspensão de contrato de trabalho por parte das empresas, com benefício emergencial desemprego pago pelo governo, na área tributária, com prorrogação de prazos de recolhimentos e obrigações acessórias, e na área econômica, para prover liquidez e crédito para Pessoas Físicas e Jurídicas.

Especificamente no segmento onde atuamos, o Ministério da Educação, autoridades estaduais e municipais, determinaram medidas para mitigar a propagação do COVID-19, inicialmente com suspensão de aulas em escolas, faculdades e universidades públicas e particulares e posteriormente regulamentando o formato a distância até que se possa retomar o formato presencial.

Diante deste contexto, a Educação Metodista, em 12 de março de 2020, criou um comitê de crise para levantar e discutir os principais riscos e ações a serem adotadas, que dentre as principais ações, modificou e implementou para todas as unidades e segmentos, com êxito pleno, o regime letivo remoto, em ambiente virtual e colaborativo, com treinamento dos docentes, reforçado por campanhas de esclarecimento e manutenção da comunicação com a comunidade discente, docente e colaboradores. Para as atividades de BackOffice, seguindo as orientações da Organização Mundial da Saúde (OMS) e do Ministério da Saúde do Brasil, quanto à higienização do ambiente físico, cancelamento de viagens e isolamento social, maximizamos as equipes para o trabalho e atendimento ao aluno de forma remota, contando com infraestrutura tecnológica segura para garantir que não houvesse descontinuidade de suas operações e processamento das informações necessárias para o controle de seus processos internos, bem como a manutenção das reuniões prioritárias entre as áreas.

Dessa forma, a partir do dia 23 de março, todas as atividades acadêmicas e administrativas das unidades foram realizadas de maneira remota, no regime de home office pela imensa maioria dos colaboradores

Concluimos que em tempo hábil, nossas ações resultaram na não incidência de contaminação entre nossos colaboradores.

A redução do ritmo nas cidades em que a instituição opera, geraram aumento dos níveis de desemprego e redução da renda da população em geral e poderão prejudicar dessa forma o processo de captação e rematrícula de alunos do segundo semestre de 2020 e posteriores, a depender da efetividade das iniciativas para minimização e contenção do COVID-19 na economia brasileira e nos mercados em que atuamos.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)**

Sob a ótica financeira, a instituição ofereceu aos alunos, cuja renda própria ou familiar foi mais afetada pela crise, opções de parcelamentos de suas mensalidades e o uso de financiamento estudantil com condições diferenciadas em relação ao andamento normal das operações.

Mesmo com o monitoramento intensivo dos impactos do COVID-19, pelo comitê de crise, ainda é prematuro estimar eventuais perdas e possíveis efeitos em suas demonstrações financeiras devido às incertezas ainda existentes sobre o funcionamento da economia e impactos sociais no país no período durante e após a crise, porém, apresentamos a seguir, alguns potenciais desdobramentos decorrentes da crise atual em nossas operações e os possíveis reflexos nas demonstrações financeiras:

Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) - Dificuldade de pagamento das mensalidades por perda de renda dos alunos ou de familiares responsáveis financeiros, havendo possibilidade de aumento da PCLD para os casos de alunos inadimplentes e evadidos.

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019, não foram identificados impactos significativos no volume de recebíveis que justifiquem remensuração da provisão com base na perda esperada.

Riscos financeiros

Aumento das taxas de juros (“*spreads*”) de mercado em função das incertezas futuras no mercado nacional e internacional e indisponibilidade de capital para prover liquidez às empresas, além da dificuldade de renovação de linhas de crédito e impactos em fornecedores críticos. Adicionalmente, redução da base de alunos ou migração de alunos entre os produtos oferecidos em função do aumento do desemprego e queda na renda das famílias, associadas ao maior volume de crédito ofertado para pagamento de mensalidades e alongamento do prazo de recebimento, com impacto na inadimplência.

A Educação Metodista projeta uma desaceleração da captação e rematrícula de alunos em decorrência da pandemia, porém a estimativa de impacto para 2020, até o presente momento, gira em torno de apenas 1% da receita líquida.

Para minimizar maiores riscos, monitora atentamente o impacto de aumento da inadimplência, de isenções decorrentes de serviços não prestados, e as oscilações de mercado ocorridas em função dessas incertezas vis-à-vis a expectativa de geração de caixa para mitigar os riscos financeiros envolvidos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2019 e 2018
(Em Reais)

Adicionalmente, a Instituição está prospectando novos recursos para capital de giro, renegociando as dívidas com bancos e com fornecedores, implementando campanhas mais agressivas para captação de alunos no 2º semestre e recuperação da inadimplência de anos anteriores, e aplicando no que é possível, as Medidas Provisórias editadas neste período de crise, para redução de custos de folha, postergação de prazos, alongamento de parcelamentos tributários e de FGTS na modalidade transação, entre outras.

Na esfera judicial, em suas diversas instâncias, onde concentram-se riscos significativos, peticionou em 100% dos processos em andamento, pedido para suspensão de eventuais ordens de bloqueios e posteriormente, pedidos de negociação coletiva, garantindo desta forma, a melhoria dos seus índices de liquidez e a continuidade normal das operações.

29. Aprovação para emissão das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis do Instituto foram aprovadas para emissão pelo Conselho de Administração e diretoria geral em reunião realizada em 27 de junho de 2020.

Robson Ramos de Aguiar
Diretor Geral

Angela Maria Quartarolo Gallo
Contadora
CRC: 1SP198145/O-3

As demonstrações contábeis foram auditadas pela BDO RCS Auditores Independes SS - CRC 2SP 013846/O-1, com parecer emitido em 29/05/2020.